

O RIO DE JANEIRO E A CRISE ECOLÓGICA LOCAL E GLOBAL: Diretrizes Para Ação

Sergio Besserman

INTRODUÇÃO

O enfrentamento das questões ambientais é condição necessária para a prosperidade econômica, o bem estar da população e a identidade da cidade. No caso do Rio de Janeiro, o tema é mais importante do que na maioria das cidades do mundo.

O ativo mais valioso da cidade do Rio de Janeiro é sua MARCA, fortemente associada aos ativos ambientais e importantes iniciativas no âmbito do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a marca do Rio está ameaçada de desvalorização muito expressiva no caso de fracasso da cidade nesse tema.

Não menos importante, para todas as grandes cidades do mundo, aumentar a resiliência às mudanças climáticas é uma questão central nas próximas décadas.

DIRETRIZES PARA AÇÃO

1. Resíduos sólidos

- Retomar uma gestão eficiente, despolitizada e empresarial da COMLURB. Retirar da empresa atribuições descoladas de seu foco de negócios (poda de arvores, etc). Mudar a cultura da empresa para, como em todo o mundo corporativo, entender que caminhar para ser uma empresa com compromisso reconhecido no âmbito ESG (em Meio Ambiente, Social e Governança) é condição para seu relacionamento com os stakeholders e o cumprimento de sua missão.
- Estudar a viabilidade econômica de térmica integrada ao Centro de Tratamento de resíduos de Seropédica, que também serviria para esvaziar o aterro de Gramacho (bomba relógio de médio prazo na Baía de Guanabara em função da elevação do nível do mar).
- Fomentar parceria entre a COMLURB e a população para reciclagem simplificada (seco – úmido) de lixo em toda a cidade. Seco passa por cooperativas e segue para aterro/térmica, enquanto que o úmido seguiria direto para aterro/térmica ou unidades de compostagem locais.
- Engajar em campanha permanente para disseminar uma cultura de adesão da população à cidade limpa. Pensar iniciativas mais locais (bairros) nesse sentido também.
- Enfrentar a questão do lixo nas comunidades. Além de aumentar frequência do recolhimento, utilizar as potencialidades da comunidade, à exemplo do mutirão de reflorestamento - muito bem sucedido.

2. Saneamento básico

O modelo atual é insustentável e a concessão ao setor privado é o único caminho capaz de ampliar a cobertura. O futuro Prefeito deverá estar atento ao interesse dos cidadãos do Rio em caso de modelo de privatização com subsídios cruzados (proposta do BNDES). O limite inferior para uma gestão de 4 anos seria cessão da concessão para o município da AP4.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a situação torna-se alarmante pelas trágicas consequências dos baixos índices de cobertura para a saúde das famílias sem-saneamento e o aprendizado das crianças mais vulneráveis. Ademais, a falta de saneamento básico tem um impacto de primeira ordem nos ativos naturais da cidade e seus corpos hídricos. Estes estão muito degradados, reduzindo expressivamente o potencial de crescimento econômico do Rio e depreciando seu patrimônio.

Nesse sentido:

- O litoral do Rio é uma das colunas do turismo (e da cultura e bem-estar da população). Praias poluídas significam impacto econômico negativo sobre a atividade turística.
- O sistema lagunar da cidade é um ativo de baixíssimo retorno e alto potencial em turismo, lazer e transporte (agora que o metro chegou à Barra), se as condições de uso forem bem trabalhadas no conceito de Bacias Hidrográficas. Hoje sabemos que os rios, além de carrearem resíduos sólidos, são também importantes fontes de poluição orgânica. Estações secas na foz de alguns rios podem ajudar o início de um processo de recuperação, mas o saneamento do entorno e principalmente dos rios é indispensável. Seguindo tendência mundial, utilizar mais biotecnologia na despoluição.
- Baía de Sepetiba: para evitar que a já poluída baía siga no caminho da Baía da Guanabara é essencial para o desenvolvimento da região. A concessão da AP5, realizada pela prefeitura após embates com a Cedae é um caso a ser bem estudado. A segurança do concessionário está no fato da conta de água ser conjunta com a do esgoto. Em parte da região existe um aquífero. Ricos e pobres abriram poços artesianos e despejam esgoto nas galerias pluviais, agora sem pagar nem água nem esgoto, e consumindo água sem garantias de potabilidade.
- **BAIA DA GUANABARA:** o Rio não é mais um grande poluidor da Baía. O problema maior está em Nova Iguaçu, Caxias e São Gonçalo. Contudo, quem mais sofre com a poluição da Baía da Guanabara, além da população do entorno, é a economia da cidade do Rio. E o risco reputacional passa a afetar o principal ativo da cidade, sua MARCA. **O Prefeito do Rio tem a obrigação de, mesmo sem ter alçada administrativa relevante, ser ator político fortemente engajado na despoluição da Baía. Por outro lado, se a Baía entra em processo de despoluição (a essência do processo é o saneamento básico dos municípios e os rios que lá desembocam), isso por si só alavanca a marca da cidade além de prover grande valorização do patrimônio no entorno.**

3. Abastecimento de Água

O abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro deve considerar a falência do modelo atual e a incerteza climática. A cidade do Rio depende quase completamente da estação de tratamento do Guandu. Trata-se de uma grande obra de engenharia; contudo, por conta da falta de saneamento básico nas águas que chegam à estação, é normalmente obrigada a tratar a água utilizando recursos químicos no limite superior da padronização internacional. Metade da água transplantada do Paraíba do Sul é para diluir a água que chega à estação do Guandu. O verão de 2019/2020 demonstrou que essa situação chegou ao limite. Saneamento básico é fundamental para o abastecimento.

Contudo, é inaceitável em termos de gestão de risco, essa dependência tão estrita de uma única fonte: a água do Paraíba do Sul transposta para o Guandu.

- Engajar-se politicamente nessa questão, e atuar para revalorizar pequenos reservatórios e outras possibilidades para emergências (hospitais, escolas, etc.), é uma obrigação do prefeito. Participar do processo para que a região metropolitana do Rio de Janeiro tenha, no futuro, grau maior de segurança hídrica também é uma responsabilidade inescapável.

4. Florestas e áreas verdes

O Rio, embora disponha de muita área verde, tem também uma distribuição muito desigual desse bem. Todo o eixo da Leopoldina e bairros limítrofes da baixada são extremamente pobres em áreas verdes, com severos prejuízos à saúde e ao lazer de seus habitantes.

- Programas de recuperação, criação e uso coletivo de áreas verdes nessa região são prioridade. **É necessário definir perímetro de fácil alcance pela população no qual tem de haver pelo menos uma área verde.**
- A arborização do Rio é anacrônica por qualquer parâmetro. A Fundação Parques e Jardins está sucateada e sua cultura é paisagística. Essa dimensão é muito importante, mas deve ser acrescentada de conhecimento sobre arborização para a saúde e para resiliência ao aquecimento global (estudos sugerem que há uma redução de 2º Celsius com arborização adequada).

Floresta da Tijuca: razoavelmente equacionada com a atenção da sociedade e a concessão do PNT. Um lindo projeto seria mobilizar as comunidades do entorno para gerar renda protegendo a floresta; e floresta da Pedra Branca (maior que a da Tijuca): severamente pressionada por ocupação irregular nas bordas por parte de milícias.

- **Conectar as duas florestas:** existe projeto no IPP nesse sentido, e faria com que o Rio passasse a ter a maior área de preservação dentro do perímetro de uma cidade no mundo (atualmente é a Cidade do Cabo, que fez algo similar com dois parques de campos de altitude).

Floresta do Mendanha: preservada por conta da falta de acesso, mas essa situação está se alterando com o Arco Metropolitano e a ocupação irregular.:

- É **URGENTE** definir marco legal para que o Arco cumpra suas funções logísticas e seja impedida a tragédia de perder eficiência como infraestrutura e, **simultaneamente**, ser criado novo eixo de pobreza, criminalidade e ocupação irregular. **NÃO** está no município, mas nos afeta muito.

Propostas operacionais para florestas e áreas verdes

- Implantação **modular** de sistema de acompanhamento por satélite, e monitoramento por drones acompanhado de ação imediata em caso de verificação de construções ilegais (e antes da posse caracterizada). Estabelecer eco limites DIGITAIS!
- Construção de governanças locais com foco na preservação e reflorestamento. Aumentar a escala do bem sucedido programa de mutirão para reflorestamento da prefeitura (desde Cesar Maia) e construir modelo que viabilize florestar áreas privadas, diante da redução das áreas públicas disponíveis.
- Criar amplo programa municipal de concessão de áreas verdes e/ou de lazer ao setor privado. Reflorestar em **outros municípios do estado** onde essa ação gere benefícios para a cidade do Rio, em convênio com os demais municípios, e tendo como contrapartida créditos de carbono.

5. Uso do Solo

O Rio é uma cidade na qual o solo se encontra praticamente sob a forma de estoque construído, onde as principais considerações de sustentabilidade dizem respeito ao urbanismo.

Mas a área da zona oeste que vai do túnel da Grota Funda na Avenida das Américas ao Pingo D'Água (ou seja, as três Guaratibas, as duas Vargens, um pedaço de Campo Grande, Cosmos e Paciência) constitui o último grande espaço a ser ocupado da cidade. E é extremamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas (inundações, no caso). Uma ocupação tradicional exigirá, por conta da elevação do nível do mar e aumento da frequência de chuvas muito intensas, enormes gastos de infraestrutura.

- O novo Plano Diretor deve orientar o uso do solo nessa região. **ESSA PARTE DA CIDADE FICARIA RESERVADA A UM ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO** voltado para a horti-floricultura de alto valor agregado, turismo, cultura, etc. Além de um retorno econômico muito maior no futuro, nossa marca será bastante fortalecida.

Finalmente, adensar a área do Porto do Rio é muito mais racional do que expandir na zona oeste áreas de ocupação de moradia (ocorrendo atualmente sob controle dos poderes milicianos)

6. Crise climática / Adaptação

O Rio de Janeiro é a cidade da América Latina que mais produziu conhecimento sobre impactos das mudanças climáticas. A primeira série de estudos dedicados ao tema data de 2008 (Rio, os próximos 100 anos), e desde então existe equipe dedicada ao tema no Instituto Pereira Passos e na SMAC. É um grande ativo da cidade o conhecimento

disseminado em diversas secretárias sobre o tema. Com apoio da COPPE/UFRJ foi elaborado um plano de adaptação às mudanças climáticas e no COR, com apoio da Fundação Rockefeller, o ótimo documento Rio Resiliente. O Rio é a única cidade do mundo com convênio com a NASA para modelagem de riscos de deslizamento e inundações.

Mas esse conhecimento, embora fonte das ações da defesa civil e modelo para as ações nacionais, não está devidamente incorporado às ações e planejamento em todos os setores da prefeitura, seja em hardware, seja em software (ação coletiva e preparação, além de tecnologias).

- É importante atualizar o Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas com ampla participação dos órgãos públicos, da academia, empresas e terceiro setor e associações da sociedade civil. Apoiar os trabalhos do IPP, SMAC e COR nessa área. No caso do Rio os principais problemas são as inundações (modelo climático do INPE sugere que as chuvas fortes se tornarão muito mais frequentes e, com menor frequência, ainda mais fortes).

Outro grande problema é a elevação do nível do mar. É preciso iniciar os trabalhos de proteção da infraestrutura e patrimônio histórico ameaçados, de projetos para as comunidades pobres, etc. Também os impactos na saúde (novos vetores, doenças, ondas de calor), devem receber prioridade no planejamento e na gestão de riscos. Mesmo uma cidade como Paris teve 13 mil mortos em uma onda de calor em 2003.

7. Crise climática / Mitigação

Embora as cidades sejam responsáveis por cerca de 70% das emissões de GEE, isso ocorre por conta do consumo (energia, por exemplo) e não da produção. Quase nunca está sob sua jurisdição medidas de redução expressiva das emissões. Ainda assim, no âmbito do setor público no mundo, são agentes na vanguarda na adoção de medidas de redução das emissões de GEE.

- Definir meta para a cidade de carbono zero em 2050 (sendo que para a CSA exigir planejamento de avanços tecnológicos para utilização de energia renovável e coque de carvão vegetal no limite máximo que as novas tecnologias propiciarem). A neutralidade em carbono é essencial para posicionar a cidade na competição global e o prefeito como personagem dedicado ao problema.

É importante ambicionar mais, e atualizar o plano de metas com ênfase em mobilidade, eficiência energética, reflorestamento, plantio de árvores urbanas, queima ou aproveitamento do metano nos aterros e avanços tecnológicos na CSA (responsável por mais da metade das emissões da cidade do Rio).

8. Organização administrativa

- Acabar com as subprefeituras e empoderar o gestor das regiões administrativas de modo que essas se constituam em subsedes da prefeitura sem uso politiquero é passo importante tanto na área da sustentabilidade como para a eficiência, transparência e credibilidade de todas as políticas públicas. Na questão ambiental, onde situações locais são as que mais motivam a população, é extremamente importante.

9. Batalha das Ideias

Alavancar o espírito, e o sentimento de uma cidadania, que incorpora os valores do desenvolvimento sustentável é consistente com um projeto do Rio conquistar posição de destaque global no maior tema do século, a partir de seus ativos ambientais e sua história (Rio 92 e da Rio + 20 e uma floresta tropical inteiramente reflorestada no Império). A maior rede de ensino do país pode ser preparada para ter dedicação de excelência nesse projeto.